

Nota declaratória - Adesão do Brasil à Parceria Internacional para a Informação e a Democracia

O governo brasileiro tem o prazer de anunciar que decidiu aderir à Parceria Internacional para a Informação e a Democracia. Por meio desse gesto, o Brasil pretende contribuir para promover e proteger a circulação de informações confiáveis e para a realização dos demais princípios definidos na declaração fundadora da Parceria. O Brasil entende que o combate à desinformação, a proteção do trabalho de jornalistas e outros profissionais de imprensa e a defesa da liberdade de expressão, de opinião e de imprensa são essenciais para a defesa da democracia e a proteção e promoção dos direitos humanos.

Em sua atuação no âmbito da Parceria Internacional para a Informação e a Democracia, o governo brasileiro continuará defendendo o papel central dos fóruns multilaterais, em particular as Nações Unidas, nas discussões sobre liberdade de expressão e de opinião, e sobre combate a desinformação. Entendemos que os países signatários da Parceria podem ter papel chave no fortalecimento de processos amplos promovidos pelas diferentes agências do sistema ONU. O Brasil entende que as discussões sobre esses relevantes temas precisam ser universais, não-seletivas, objetivas e amparadas no direito internacional, na cooperação internacional e no diálogo construtivo.

As liberdades de expressão, de opinião e de imprensa são prezadas pelo governo brasileiro, interna e internacionalmente, o que se traduz na participação do Brasil na liderança das resoluções sobre direito à privacidade, liberdade de expressão, acesso à informação, direitos humanos e novas tecnologias digitais, internet e direitos humanos e sobre proteção de jornalistas no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, da Assembleia Geral das Nações Unidas e da UNESCO.

O Brasil tem defendido que, no ambiente virtual, deve ser respeitado o direito internacional, inclusive dos direitos humanos. Por esse motivo, todos os direitos humanos devem ser garantidos e protegidos "online" e "offline".

O Brasil também entende que a defesa da liberdade de expressão e de opinião deve ser vista no contexto da superação da divisão artificial entre direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais, tendo em mente que todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados.

O Brasil está profundamente comprometido com o combate ao discurso de ódio em todas as suas formas, em especial nas plataformas digitais, por entender que ele corrói os alicerces da democracia e viola os direitos humanos, inclusive a liberdade de expressão e de opinião. A posição brasileira tem sido favorável à adoção de linguagem equilibrada para que medidas de combate à desinformação sejam compatíveis com as normas internacionais de proteção aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluindo as liberdades de pensamento, de expressão e de religião ou crença.

O Brasil considera que o discurso de ódio atinge de maneira desproporcional as minorias e grupos vulneráveis, como pessoas negras, mulheres, povos indígenas, comunidade LGBTQIA+, entre outros. Por esse motivo, acaba disseminando o

racismo, a xenofobia, a misoginia e outras formas de discriminação e intolerância, resultando, inclusive, no extremismo político violento.

O Brasil entende que a promoção dos princípios definidos pela parceria depende de um ambiente de conectividade significativa às tecnologias de informação e comunicação. Nesse âmbito, o País defende abordagem centrada nas pessoas, inclusiva, orientada para o desenvolvimento, responsável e ética para o uso e desenvolvimento de tecnologias digitais com o objetivo fundamental de melhorar a vida das pessoas e reduzir a exclusão e a desigualdade digital, em linha com os princípios da “World Summit on the Information Society” (WSIS). O desenvolvimento de novas tecnologias deve ocorrer com base em acompanhamento do impacto sobre direitos humanos e com o objetivo de proporcionar o pleno usufruto dos direitos humanos por todos e todas, em particular de minorias e grupos vulneráveis.

O Brasil destaca ainda o documento fundador da Parceria, que reconhece, no ponto 21, “a importância da confiança pública e da credibilidade do jornalismo, e os desafios que enfrenta na manutenção do profissionalismo jornalístico num ambiente onde estão a aumentar a desinformação direcionada e as campanhas difamatórias para desacreditar o trabalho dos jornalistas”.

O presente anúncio se refere à participação do Brasil nas atividades intergovernamentais da Parceria Internacional para a Informação e a Democracia, tal como lançada pelo documento intergovernamental homônimo de setembro de 2019. O Brasil toma nota da relação entre a Parceria e o Foro sobre Informação e Democracia, com cujas atividades buscará colaborar.